

A História a partir da subalterna: Breve debate bibliográfico entre os Estudos Pós-Coloniais e de Gênero.

Nicole Angélica Schneider¹, UFSM

Resumo

Diante de uma historiografia que parecia engessada em conceitos generalizadores, pesquisadoras de núcleos de estudos e disciplinas nas universidades, a partir de 1960, unem-se para responder a uma demanda das ruas: onde estão as mulheres na História e motivo pelo qual suas histórias não foram contadas. Juntamente com um movimento social, surge um movimento acadêmico de construir uma epistemologia para compreender estes sujeitos ausentes até aquele momento: os Estudos de Gênero. Muitos debates foram se constituindo neste campo, forçando uma oxigenação em outros. Os estudos pós-coloniais construídos para compreender as consequências sistemáticas da relação colonizado-colonizador contribui com o debate de gênero. Neste artigo farei um breve debate bibliográfico sobre esta abordagem interdisciplinar e interseccional para os Estudos de Gênero.

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Estudos pós-coloniais; Interseccionalidade.

Abstract

In the face of a historiography that seemed to be plastered in generalizing concepts, researchers of study centers and disciplines in universities, from 1960 on, came together to respond to a demand from the streets: where the women are in history and why their stories were not told. Together with a social movement, an academic movement emerged to build an epistemology to understand these subjects absent until that moment: the Studies of Gender. Many debates have arisen in this field, forcing an oxygenation in others. Postcolonial studies built to understand the systematic consequences of the colonize-colonizer relationship contribute to the gender debate. In this paper I will make a brief bibliographic debate on this interdisciplinary and intersectional approach to Gender Studies.

Keywords: Gender Studies; Postcolonial Studies; Intersectionality.

Estudos de Gênero e Pós-Coloniais

A ausência das mulheres na narrativa histórica e na historiografia está sendo rompida desde meados dos anos 1960 por um movimento de pesquisadoras que reivindicam um espaço nas análises científicas, principalmente na área das humanidades e sociais. A historiadora Joan W. Scott tornou-se umas das principais deste grupo nos estudos referentes à vida das mulheres no passado. Os Estudos de Gênero, segundo ela, são as pesquisas sobre as relações de poder, socioculturais e econômicas entre os sexos (SCOTT, 1995).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4765055714287030>>

Os Estudos de Gênero sempre andaram juntos com os movimentos sociais feministas, visto que o próprio campo de pesquisa foi uma conquista dessas mulheres que lutavam pela igualdade social, cultural e econômica para homens e mulheres. E provavelmente muitas das demandas desses estudos tenham vindo das questões levantadas pela disputa feminista.

Desde o início dos Estudos de Gênero muito foi criticado e acrescentado devido a esse diálogo. A socióloga brasileira Berenice Bento (2006), em sua tese, abordou algumas dessas críticas à primeira versão de Estudos de Gênero. Mesmo Scott, levantando três categorias de análise para os estudos (gênero, classe e raça), na prática houve uma universalização das mulheres, injusta diante da luta feminista. A filósofa Judith Butler, na sua famosa obra *Gender Trouble*, de 1990, aponta concordâncias em diversos pontos com Scott, mas questiona a binariedade dos sexos propostos pela historiadora. Diante de movimentos feministas e LGBTQI+ a dualidade de sexos se tornou insuficiente para explicar e compreender as identidades de gênero que podem ser incorporadas. De acordo com ela, todos os elementos que envolvem o debate são construções culturais, até mesmo os sexos binários masculino e feminino, vistos como naturais pela Scott. Ambas acreditam que existem mais categorias transversais que tornam o gênero muito mais complexo do que apontavam.

[...] [Butler] alega que gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Essas interseções não poderiam ser hierarquizadas nos termos de alguma condição primária de opressão (PISCITELLI, 2008, p. 266).

Seguindo a linha de críticas sobre a pluralidade das mulheres, identidades e realidades, outras teóricas foram surgindo e contribuindo para o campo de estudos. O desafio de buscar uma teoria que conseguisse lidar com todas as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, proposto por Joan Scott, foi diversificando os debates e chamando as pesquisadoras aos Estudos de Gênero.

Muitas das contribuições para compreender e conhecer a pluralidade de mulheres veio das pesquisadoras do movimento pós-colonial. Com as dificuldades de se identificarem e se sentirem representadas/os com as produções europeias – a maioria –, surge um grupo de pesquisadoras/es dos países do Hemisfério Sul, principalmente da Índia e do continente africano (colônias britânicas e francesas, por exemplo), que acusam a falta de espaço nas ciências para serem representados de forma respeitosa e protagonista. Estas/es estudosas/os pós-coloniais, a partir do Outro e da periferia (em relação à Europa, de onde vinha a maior produção científica), começam a questionar sobre o espaço representativo e de fala das vozes subalternas nos grandes centros intelectuais europeus, exemplo deste movimento são as obras da teórica indiana Gayatri C. Spivak.

Estas/es estudiosas/os através de uma análise de gênero e pós-colonial buscam explicar o mundo através da relação de poder que provoca a desigualdade entre países do Norte (como Inglaterra e França) e do Sul (como Índia e Nigéria), cuja as consequências são percebidas atualmente, relacionados a setores de economia, política e socioculturais. A crítica levantada pelo movimento intelectual é logo percebida quando nos deparamos ou refletimos a forma como a História dos continentes e povos são contadas a partir da chegada dos brancos europeus. Tanto a mentalidade como o discurso continua sendo dos colonos *versus* colonizados, os civilizados *versus* bárbaros, opressores *versus* oprimidos. O discurso do Norte construiu uma imagem do Outro, do Sul, subalterna e inferior (SANTOS, 2010).

Exercícios de Poder

O termo subalterno utilizado pelas/os estudiosas/os pós-coloniais é no sentido cultural, relacionado a uma consequência do período imperialista. Seu significado retoma o termo lançado por Gramsci e o ressignifica:

[...] os “grupos sociais subalternos” em Gramsci se relacionam com a “esfera da produção econômica”. Nos estudos pós-coloniais, entretanto, como resguardo a um retorno às “identidades essencialistas”, o objetivo era o de deslocar sujeitos e essências “fundacionais”, e quebrar as noções de uma Índia unitária em uma multiplicidade de identidades contingentes e instáveis entendidas como efeitos de relações de poder que estão em constante mudança (GÓES, 2016, p. 106).

Há algumas/ns pesquisadoras/es que afirmam que a utilização do termo “subalternos” pode parecer ofensivo e desnecessário. Todavia, ao incorporá-lo, torna evidente a causa, os sujeitos e contra quem/o que. O subalterno está nas relações de poder. E a importância da fala desses sujeitos está relacionada à herança aristotélica: o falar é um ato político independentemente do espaço que acontece. Os escravos na Grécia Antiga muitas vezes não compreendiam a linguagem, e mesmo que entendessem, não podiam falar. Os artesãos, apesar de terem o domínio da linguagem, tinham que trabalhar e, logo, não tinham tempo para usar da fala. As mulheres, que tinham o trabalho de engravidar e reproduzir, não eram dignas de falar e serem ouvidas. Os gregos, que tinham tempo para pensar e falar, apenas eles, eram considerados os verdadeiros cidadãos, participantes da política e da sociedade. Desta forma, falar é um ato de civilidade (RANCIÈRE, 2005).

Segundo Michel Foucault (1979) o poder está intrínseco em todas as relações sociais. Se aceitarmos as estruturas determinadas por interesses socioeconômicos, fica inevitável não

supor que algumas pessoas exercem poder sobre outras e é essa relação de poder que estabelece a própria estrutura.

A Divisão Internacional do Trabalho é outra forma de fortalecer o laço econômico em desequilíbrio no mercado global. Tal relação que é estabelecida durante o imperialismo e colonialismo é o principal mecanismo da globalização atual. Estrutura-se com os países imperialistas exportam tecnologia, empresas e produtos industrializados para as ex-colônias e estas, em troca, fornecem mão de obra mais barata e principalmente matéria prima. Todavia, a maior parcela do capital de lucro vai para os primeiros. Para o segundo resta submeter-se a exploração (SPIVAK, 2010).

Mesmo teorias europeias, como o materialismo histórico e o pós-estruturalismo, que são críticas ao funcionamento econômico mundial e que lançam elementos importantes para compreender a sociedade, nasceram e foram moldados para explicar o mundo a partir de uma perspectiva europeia. Quando se fala de países como a Índia, as teorias parecem não se encaixar ou faltam elementos para compreender a singularidade daquela realidade.

Uma opção para resolução do impasse é juntamente os sujeitos desses países silenciados falar de si, sobre si e para si e o mundo. O reconhecer-se diante de um sistema de opressão e nomeando as formas de controle torna-se fundamental para esse sujeito desse mundo ser ouvido e poder olhar para sua realidade com olhos críticos. Os estudos subalternos ou pós-coloniais vêm para ser uma das formas dos subalternos se expressarem suas realidades. Intelectuais europeus como Deleuze e Foucault já reconheciam a insuficiência de suas teorias para explicar a realidade de alguns grupos sociais e a capacidade destes falarem por si.

[...] uma valorização não questionada do oprimido como sujeito, o “ser objeto”, como Deleuze admiravelmente ressalta: “estabelecer condições nas quais os prisioneiros seriam capazes de falar por si mesmos”. Foucault acrescenta que “as massas sabem perfeitamente bem, claramente” – mais uma vez, aparece aqui a temática de não ser enganado – “eles sabem muito mais do que [o intelectual] e certamente o dizem muito bem” (FD, pp. 206-207 apud SPIVAK, 2010, p. 29).

A indiana Avtar Brah (2006), pesquisadora de Estudos de Gênero do ponto de vista subalterno, propõe “[...] uma análise macro, considerando simultaneamente subjetividade e identidade para compreender as dinâmicas de poder na diferenciação social” (PISCITELLI, 2008, p. 268). Assim, estes estudos feministas e teorias pós-coloniais partem da compreensão da história macro para melhor perceber as realidades das mulheres. A socióloga indiana Chandra T. Mohanty (1997) critica o feminismo branco europeu que ao se relacionar com as

mulheres com outras realidades não exercem diálogo, colocando suas pautas como universais, desconsiderando as diversas experiências.

Gênero no Pós-Colonialismo

O conceito de gênero é o mais usado, sendo “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Perceber esses poderes agindo torna possível encontrar a voz de algumas mulheres as quais sofreram violências epistêmicas e físicas. Com os conceitos pós-coloniais o objetivo é identificá-las em suas singularidades sem padrões europeus pré-definidos. É com essas ideias que a indiana Gayatri C. Spivak (2010) busca problematizar a ausência da fala das mulheres, visto que ela é oprimida duplamente, tanto pela violência nos campos do conhecimento, historiográfico e teórico, como pela violência de gênero.

[...] por um lado, procura-se elaborar um discurso sobre a vitimização histórica e o legado desse processo de silenciamento e invisibilidade; por outro, busca-se construir um conceito propositivo de agenciamento que possa incluir as condições existenciais e materiais das mulheres como uma categoria complexa, multifária, contingenciada pelos múltiplos constituintes identitários e pela existência inequívoca de “hierarquias de gênero, classe e raça”, nas palavras da crítica feminista inglesa Mary Eagleton (GOULART, 2013, p. 692).

Todavia, Spivak acredita que apenas uma perspectiva de gênero ou só pós-colonialista não corresponde a uma compreensão completa das opressões que colocam a mulher como subalterna. Os Estudos de Gênero costumam homogeneizar o termo mulher e universalizar os modos de dominação, o que justamente é questionado pelos estudos subalternistas. A autora acredita na união das duas perspectivas, pois tanto as mulheres como as formas como são sentidas as opressões são diferentes de uma mulher branca periférica para uma mulher negra na mesma situação, assim como as mulheres brancas dos grupos dominantes, e assim por diante. Os estudos devem considerar as diferenças ao tirar essas mulheres das sombras. Em metodologias históricas como a positivista, que visa apenas os documentos oficiais como fontes, é percebida a ausência das mulheres, pois elas não estavam nos locais de poder. Caso chegassem a ocupar o lugar de destaque, eram postas como a última opção e a narrativa tornava-as desqualificadas naturalmente para o posto (PEDRO, 2005). Apenas com mudanças de pensamentos historiográficos se tornou possível que as mulheres tivessem espaço para poderem entrar na narrativa histórica, possível com a Escola dos Annales.

Entre as historiadoras e os historiadores que passaram a seguir a tradição da historiografia dos Annales – que pretendia ampliar o leque de fontes e

observar a presença de pessoas comuns –, tornou-se mais fácil escrever uma história que incluísse as mulheres (PEDRO, 2005, p. 85).

Em torno das opressões sofridas pelas subalternas, Spivak (2010) traz um exemplo indiano. Ao perder o marido, é visto com bons olhos que a viúva hindu se atire sobre a pira funerária do falecido, num ato de sacrifício/suicídio das viúvas. Este episódio é conhecido como Sati². Em 1829, os britânicos ao se depararem com este ritual, logo o proibiram. Esta situação é um exemplo de como o conflito de culturas diferentes geram atritos e, como sendo a colonizadora, a cultura é um forte elemento tomado dos povos que estão sob colonização. Ao efetuarem a proibição, os britânicos levaram apenas seus princípios em conta, subjugando o significado do ritual das viúvas para o povo nativo indiano e para as mulheres. Elas, sujeitas da ação, não foram questionadas sobre a decisão. Aqui se confirma a sugestiva questão provocadora no artigo de Spivak: *Pode o subalterno falar?*. O que há neste caso é a impossibilidade das mulheres falarem e se manifestarem sobre algo que é de total importância para suas vidas. Ao controlar e tornar crime o ritual nativo, os colonizadores partem dos princípios e valores britânicos do que seria uma sociedade boa e civilizada. E na construção de uma identidade nacionalista, o papel ocupado pela mulher, comportada e do lar, é fundamental.

Diante das diferenças e relações que os conceitos gênero, raça e classe tomam dentro do sistema maior do capital já tratado por Marx e Engels, Spivak encontra o informante nativo. Este que se configura como necessariamente excluído, para que a harmonia do capital permaneça. Para ela, esse informante nativo era a mulher pobre do Sul. A mulher que vive em uma situação de total vulnerabilidade financeira e em um local provavelmente insalubre, negra na África e hindu na Índia (GÓES, 2016).

Isso se torna extremamente significativo quando percebemos que esta sujeita é apagada das narrativas históricas, não é colocada em debate sua existência e não são feitas políticas que gerem uma mudança significativa na vida dessas mulheres. Mesmo propostas revolucionárias não deixam claro qual seria o papel desta mulher numa sociedade utópica. Sua presença na História está marcada através da voz dos outros, de forma humilhante, como vítima, sofrendo as ações dos homens brancos colonizadores. Considerando esta informante nativa, trabalhos como da estadunidense Angela Davis (2016) propõe trazer a voz das mulheres negras retratando a opressão violenta que elas sofriam no sistema escravista, no qual

² *Sati* equivale ao feminino para a palavra *sat* que significa ser. Nos escritos sagrados hindus, ser representa o espírito universal, a Verdade, o Bom, o Justo. Logo, a palavra no seu feminino tem o significado de boa esposa.

a identidade de gênero da mulher era considerada apenas para tornar mais precária sua existência.

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (p. 19).

Contribuições à História

Para a História, uma área de conhecimento cujo objetivo é responder questões do presente com processos do passado, um olhar plural possibilita meios de encontrar as melhores respostas. Os estudiosos do período colonial e pós-colonial percebem uma relação de causa/efeito dos vestígios do passado com as situações socioeconômicas de países atualmente. Além disto, uma História nacional construída pelo colonizador prevê controle das questões históricas, sobre a racialidade, a autoridade, o conhecimento, a subjetividade dos colonizados e sobre seus corpos e noções de si. Apesar dos estudos pós-coloniais não ser pensado para os processos de colonização nas Américas, tanto Angela Davis como Lélia Gonzalez, conseguem dar alguns vestígios de influência e reflexões que levam a compreender alguns destes pontos americanos.

[...] Por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala (GONZALEZ, Lélia, 1984, p. 225).

Na abordagem de gênero questões sobre o corpo, sexualidade e desigualdades pautadas nos sexos são frequentemente levantadas. No pós-colonialismo estas problemáticas estão relacionadas à colonização. O poder colonial soma-se ao poder patriarcal. O resultado da união é a compreensão das mulheres no período colonial como um objeto que confirma a dominação e exploração, através da violência sexual.

Nas mais diversas situações de conflitualidades violentas, a vulnerabilidade do corpo feminino é acentuada: desde as conquistas coloniais, às guerras civis e interestatais, às ocupações e intervenções militares. Imperialismo, colonialismo e guerras foram, em geral, empreitadas masculinas e masculinizadas. Nesses contextos, a violação do corpo feminino por homens colonizadores, militarizados ou armados, do lado “amigo” ao “inimigo”, repete-se histórica e violentamente (BALLESTRIN, 2017, p. 1038).

O estupro de legitimação é um ato de humilhação à mulher e todos os quais ela gerou. “O estupro grupal perpetrado pelos conquistadores é uma celebração metonímica da aquisição territorial” (SPIVAK, 2010, p. 110). É essa História que é lida e contada para as crianças nas escolas, uma introdução desde a infância como historicamente é tratada e objetificada as mulheres.

A imagem do imperialismo como o estabelecedor da boa sociedade é marcada pela adoção da mulher como objeto de proteção de sua própria espécie. Como se deveria examinar a dissimulação da estratégia patriarcal, que aparentemente concede à mulher a livre escolha como sujeito? Em outras palavras, como se pode passar da ‘Grã-Bretanha’ ao ‘hinduísmo’? Até mesmo essa tentativa mostra que o imperialismo não é idêntico ao cromatismo, ou um mero preconceito contra pessoas de cor. [...] Minhas leituras são, mais propriamente, um exame interessado e imperito, de uma mulher pós-colonial, sobre a fabricação da repressão – uma contranarrativa construída da consciência da mulher, e, portanto, do ser da mulher, da mulher como um ser bom, do desejo da mulher boa, e, assim, do desejo da mulher. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, testemunhamos o lugar móvel da mulher como um significante na inscrição do indivíduo social (p. 98).

A construção tanto de raça como de gênero é realizada dentro das relações de poder, o que torna o colonizado inferior, constituindo um papel à mulher para “[...] dar suporte a uma retórica nacionalista por meio de um investimento ou de uma manipulação do lugar ocupado por essas mulheres” (GOULART, 2013, p. 697).

Uma pesquisa que considere apenas gênero como abordagem única pode estar sendo levada a traçar o caminho daquela historiografia universal que critica. Uma pesquisa que considere apenas uma categoria analítica não é desqualificada por sua universalidade, porém é cabível de diversas relatividades que prejudicam muitas vezes o resultado de tal estudo.

Se considerar a universalidade, logo se tornará uma generalização que deixará muitas mulheres como não sendo sujeitas históricas, incorporando o discurso já criticado da historiografia por ter sido sempre centrada no homem branco hétero europeu. Com uma crítica forte diante de uma historiografia grande, a coerência na construção desse campo de estudos que visa o contradiscurso deve ser considerado como um dos objetivos. Diante destas revelações, atualmente o campo acadêmico de História, como de outras áreas das humanidades e sociais, busca interagir e trocar referências, conceitos e teorias, construindo um conhecimento mais completo interdisciplinar e interseccional.

Conclusão

O conceito interseccional é contemporâneo dos primeiros debates de gênero, sendo algumas vezes usado por suas teóricas. Abordagens raciais, patriarcais, classistas, entre outras

as quais dialoguem com a categoria “mulher” na análise, resulta no conhecimento das relações de poder como fontes de discriminação e construção de desigualdades (COSTA, 2014). De acordo com a feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw, o termo compreende “[...] as desvantagens, as vulnerabilidades, as opressões e o desempoderamento sofridos dinamicamente pelas mulheres, que se encontram em dois ou mais pontos de encontro dos eixos de poder” (COSTA, 2014, p. 151).

Perante uma medicina misógina até metade do século XX, uma mídia de objetivação feminina, uma cultura machista, uma sociedade excludente e desigualdades econômicas, as ciências devem fazer as pazes para a construção de uma sociedade que resolva todas estas afirmações questionadas pelo movimento feminista das ruas.

Desta forma, os estudos pós-coloniais contribuem para o debate, ajudam na construção de uma História das Mulheres e de Gênero mais completa, com relações de diversos campos e análises mais profundas das origens, continuidades e descontinuidades das estruturas de poder que fortificam as diferentes desigualdades.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, Jacqui M.; MOHANTY, Chadra T. (Ed.). **Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures**. New York: Routledge, 1997.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. **Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 25, n. 3, setembro-dezembro, p. 1035-1054, 2017.
- BENTO, Berenice. Estudos de Gênero: o universal, o relacional e o plural. In: _____. **A reinvenção do corpo**. sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 69-108.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas: n. 26, p. 329-365, 2006.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. New York: Routledge, 1990.
- COSTA, Joaze Bernardino. Descolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: v. 30, n. 1, janeiro/abril, p. 147-163, 2015.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GÓES, Camila. Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial. **Revista Outubro**. São Paulo: n. 26, p. 89-111, 2016.
- GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Editora Cortez, p. 223-244, 1984.
- GOULART ALMEIDA, Sandra Regina. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Estudos Feministas**. Florianópolis: maio-agosto, p. 689-700, 2013.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo: v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. Goiânia: v. 11, n. 2, jul/dez., p. 263-274, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. 34ª ed. São Paulo: EXO experimental org, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo. para uma nova cultura política**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. In: SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.